



ID: 114483982

05-12-2024

Escolas passam a recrutar docentes a partir de janeiro

Orientadores vão ter suplemento mas perdem redução letiva para acompanhar estudantes

NEGOCIAÇÕES O Governo pretende que o recrutamento de professores, através das reservas nacionais, atualmente lançadas semanalmente até final do ano letivo, passe a ser feito só até 31 de dezembro. A medida consta da proposta de revisão do regime de concursos, que hoje será negociada com os sindicatos e, a ser aprovada, significa que a partir de 1 de janeiro, todas as contratações sejam feitas localmente pelas escolas.

Além dos concursos, também o regime jurídico da habilitação profissional para a docência está hoje em cima da mesa. Confirma-se a revogação dos estágios remunerados, aprovado pelo anterior Governo para cativar mais candidatos. Durante o estágio, os estudantes vão ter direito a bolsa, que deixa de contar para o tempo de serviço, e cujos valores ainda não estão definidos.

Os orientadores vão passar a receber um suplemento remuneratório mas podem perder a atual redução letiva, já que vão ter de optar entre o dinheiro e o tempo para acompanhar os estudantes. O valor do suplemento será definido em despacho. A redução do horário só será possível se “não existir inconveniência para o serviço”. Outra

das mudanças é os diretores terem de passar a contactar escolas que fiquem até 15 quilómetros quando têm horários inferiores a 8 horas para criarem “horários compostos” que serão cumpridos entre dois estabelecimentos.

PROCESSOS CAEM

Os professores de quadro que recusem uma colocação deixam de ser alvo de processos disciplinares mas a não aceitação obriga a concorrer em 3.ª prioridade (última) a quatro quadros de zona pedagógica. “É um retrocesso”, critica Pedro Barreiros, líder da FNE.

Mário Nogueira garante que as propostas não preveem alterações estruturais. O principal objetivo, considera o líder da Fenprof, é minimizar a falta de professores com “alguns remendos”.

Os candidatos sem mestrado em ensino que vincularam no concurso extraordinário podem ter de ficar os quatro anos, que têm para fazer a profissionalização, na mesma região (QZP) onde foram colocados, contesta Nogueira. Pedro Barreiros insiste ser crucial o Ensino Superior abrir mais vagas. Os dois admitem pedir negociação suplementar. ●

ALEXANDRA INÁCIO



Ministro da Educação, Fernando Alexandre